



CASA DO POVO DE SANTO ANTÓNIO



RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018



ORGÃOS SOCIAIS DA CASA DO POVO DE SANTO ANTÓNIO

ASSEMBLEIA GERAL

Manuel António Câmara Fernandes	Presidente
João Duarte Soares Arruda	1º Secretário
Daniel Aguiar Viveiros	2º Secretário
Ana Maria Aguiar Carvalho Cordeiro	Suplente

DIREÇÃO

Maria do Carmo Aguiar Viveiros Reis	Presidente
Marco Aurélio Arruda Cabral	Tesoureiro
Paulo Manuel Melo Oliveira	Secretário
Sónia Maria Arruda Cabral	Suplente

CONSELHO FISCAL

José António Soares Arruda	Presidente
João Duarte Cabral Freitas	1º Vogal
Manuel António Rebelo Reis	2º Vogal
Diana Catarina Carvalho Arruda	Suplente



Mensagem da Presidente da Casa do Povo

Caros sócios,

O ano de 2018 foi intenso! Muito trabalho, muita procura de soluções, mas, felizmente, permitiu que concretizássemos algumas das nossas aspirações mais antigas.

Mantivemos todas as valências em bom funcionamento incluindo a dinamização do projeto CASANIMADA para a nossa população mais idosa, que infelizmente se mantém sem o devido enquadramento orçamental próprio definido, mas que contou com o patrocínio da Fundação Portugal Telecom, através do Programa Apoiar, o que nos permitiu manter e reforçar uma iniciativa que é muito desejada pelos nossos utentes.

Com o apoio da Fundacion La Caixa, entidade que apoia vários projetos sociais, através do Programa BPI Sénior, conseguimos por de pé o projeto Haja Saúde que constituiu uma lufada de ar fresco na forma de trabalhar com a nossa população sénior, proporcionando-lhe momentos inesquecíveis de convívio, de partilha e primeiras experiências em atividades que, para muitos de nós serão banais, mas para os utentes abrangidos foram, verdadeiramente, excecionais. Este valor acrescentado que trazemos à população sénior de Santo António tem feito a diferença e continuaremos a bater-nos pela sua implementação e alargamento.

Os nossos ATLS, com destaque pela sua dimensão para o ATL de Santo António, têm uma grande relevância para as comunidades que servem e é a essa importância, à diferença que conseguimos fazer na vida das pessoas, ao sentido de serviço que vamos buscar inspiração e determinação para nos continuarmos a bater por mais e melhor para a nossa instituição. Conseguimos, finalmente, ver reconhecida a nossa pretensão de alargamento da capacidade com a devida compensação financeira, embora sem a retroatividade que julgamos merecer.

No início de 2018 concluímos uma intervenção de fundo nas instalações do ATL da Ajuda, que vieram dotar o espaço com as necessárias condições de segurança, comodidade e trabalho para as nossas profissionais e sobretudo para as crianças que o frequentam.

É justo registar e enaltecer o enorme trabalho desenvolvido por todos os profissionais e voluntários da nossa instituição! Só assim, dando sempre um pouco mais de nós, temos conseguido alcançar os objetivos a que nos temos proposto, ano, após ano.

Bem hajam todos quantos nos ajudam a desempenhar a nossa missão.

Santo António, 30 de março de 2019

Maria do Carmo Aguiar Viveiros Reis



Análise da Situação Económica e Financeira

Em conformidade com o estabelecido nos Estatutos da Casa do Povo de Santo António, que doravante será designada por CPSA, a Direção apresenta o relatório e contas para apreciação do ano económico de 2018. Para o efeito, depois de obtido o parecer do Conselho Fiscal, apresentamos mapas de pormenor, facilitadores para a compreensão e análise. Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível no anexo, que integra as demonstrações financeiras que são parte integrante do presente documento, apresentamos informação complementar, a qual permite melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida.

Rendimentos e réditos

Os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, perfizeram um total de 233.278 euros, distribuído pelas grandes rubricas:

Rubricas	2018	2017	Var. Abs	Var. %
72 Prestações de serviços	20 906	15 002	5 903	39,35%
75 Subsídios à exploração	206 630	201 272	5 358	2,66%
78 Outros rendimentos e ganhos	5 611	5 597	13	0,24%
79 Juros, dividendos e outros rend.	132	169	-37	-22,05%
TOTAL	233 278	222 041	11 238	5,06%

Uma breve análise permite verificar que a principal fonte de receita se mantém inalterada, ou seja, a Casa do Povo de Santo António subsiste com as suas valências em funcionamento em função dos acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA), embora as prestações de serviços constituam já quase de 9% do total da receita anual.

De notar que na rubrica “Subsídios à exploração” está considerada a verba de 18.501 euros recebida de diversas entidades, às quais a Casa do Povo e Santo António apresentou candidaturas a programas de apoio.

Os valores registados em “Outros rendimentos e ganhos” são relativos, na quase totalidade, à imputação da quota anual do valor do subsídio recebido do IFAP (candidatura através da ARDE) para a compra da nova viatura de 9 lugares.

Gastos e perdas

Os gastos e perdas ocorridos no período em análise perfizeram um total de 241.294 euros, distribuídos pelas seguintes grandes rubricas:



Rubricas	2018	2017	Var. Abs	Var. %
61 CMVMC	2 413	3 574	-1 161	-32,48%
62 Fornecimento e serviços externos	37 857	18 708	19 149	102,36%
63 Gastos com o pessoal	194 643	184 192	10 451	5,67%
64 Gastos de depreciação	6 321	6 321	0	0,00%
68 Outros gastos e perdas	61	8	52	644,40%
TOTAL	241 294	212 802	28 492	13,39%

Em termos de contas, o resultado apurado, um prejuízo de 8.015,95 euros que resulta sobretudo do facto de termos registado nas contas de 2017 a totalidade do valor do subsídio recebido para a realização das obras na Ajuda e de apenas no início de 2018 se terem concluído os trabalhos a acertado as contas com os fornecedores. Excluindo estes movimentos excepcionais teríamos um lucro de 12.666,15 euros.

Os custos com pessoal aumentaram 5,67%, quando comparados com o ano anterior, sendo o espelho da afetação ao projeto “Haja Saúde” dos recursos contratados para o efeito e dos compromissos assumidos com essas pessoas. Durante o ano 2018 a Casa do Povo de Santo António teve um quadro de pessoal médio de 11 funcionários.

Infelizmente o atual modelo de funcionamento não permite discriminar positivamente instituições com colaboradores com antiguidade maior, financiando as instituições com base num referencial definido em função do serviço prestado/contratualizado. É urgente que o ISSA reconheça e financie o aumento de capacidade dos nossos ATLS!

É uma situação contra a qual já manifestamos a nossa discordância e temos vindo, a par e passo, a procurar sensibilizar os nossos governantes para a necessidade de haver alguma discriminação positiva para as instituições que têm um quadro de pessoal com maior antiguidade e ou formação.

Apesar desta situação mantivemos todos os pagamentos em dia, ao nosso pessoal, aos fornecedores, bem como ao estado.

Aliás, o pagamento dos custos com o nosso pessoal continua a representar cerca de 80,6% do total dos custos e cerca de 83% nossos proveitos, mas cremos ser uma verba bem gasta em função da qualidade dos profissionais que temos e do trabalho que desenvolvem.

De resto verificou-se também uma subida nos gastos de funcionamento, associados a um aumento da frequência dos ATLS e sobretudo pelo registo, neste exercício, do valor das obras feitas no espaço onde funciona o ATL da Ajuda, que ascenderam a 20.382 euros.



Investimentos

Em 2018 a instituição não realizou qualquer investimento.

Conclusão

Perante as considerações apresentadas confirma-se a gestão eficaz e equilibrada, com opções e apostas claras, sem por em risco, em qualquer momento, as metas e os desígnios propostos. Foi com o envolvimento de todos, que atingimos objetivos, ultrapassamos dificuldades e alcançamos os desafios a que nos propusemos. Nos termos de tudo que antecede, a Direção propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2018.
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1. A importância de 8.015,95 euros para a conta de «Resultados Transitados»;
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da CPSA, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa instituição, no exercício objeto de relato.



Balanço e Demonstração de Resultados

Balanço em 31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2018	2017
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	4	1 429	13 320
Total de ativo não corrente		1 429	13 320
ATIVO CORRENTE			
Estado e outros entes públicos		26	0
Caixa e depósitos à ordem		80 172	59 336
Total de ativo corrente		80 199	59 336
TOTAL DO ATIVO		81 628	72 656
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Outras variações patrimoniais		66 044	58 732
Resultados transitados		18 824	7 349
Resultado líquido do período		-8 016	2 237
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		76 852	68 318
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	6	0	0
Estado e outros entes públicos		4 543	4 332
Outras contas a pagar	6	232	6
Total do passivo corrente		4 775	4 338
TOTAL DO PASSIVO		4 775	4 338
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		81 628	72 656



(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados	5	20 906	15 002
Subsídios à exploração		206 630	201 272
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-2 413	-3 574
Fornecimentos e serviços externos		-37 857	-18 708
Gastos com o pessoal		-194 643	-184 192
Outros rendimentos e ganhos	5	5 611	5 597
Outros gastos e perdas		-61	-8
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1 827	15 390
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-6 321	-6 321
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-8 148	9 069
Juros e rendimentos similares obtidos	5	132	169
Resultado antes de impostos		-8 016	9 238
Imposto sobre o rendimento do exercício		0	0
Resultado líquido do exercício		-8 016	9 238

Demonstração Fundos Patrimoniais

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2018

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Resultados transitados	Outras variações dos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2018 (ESNL)	0	9 586	53 148	9 238	71 972
Resultado líquido do período de 2017	0	9 238		-9 238	0
Outras variações	0	0	12 896	-8 016	4 880
Posição em 31 de dezembro de 2018 (ESNL)	0	18 824,13	66 044,14	-8 015,95	76 852,32



Anexo

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

- **Designação da entidade:** Casa do Povo de Santo António

1.2 – Sede: Rua Mãe de Deus, 7-B – Edifício Polivalente de Santo António 9545-437 Santo António PDL, Açores

1.3 – Natureza da actividade: A Casa do Povo de Santo António (CPSA) é uma associação sem fins lucrativos, equiparada a instituição particular de solidariedade social pelo Decreto Legislativo Regional nº 22/99/A, de base associativa, constituída por tempo indeterminado. É uma pessoa **coletiva de utilidade pública**, nos termos do nº 1 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 4/82, de 11 de Janeiro, adaptado à Região pelo Decreto Regulamentar Regional nº 31/82/A, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 246/90, de 27 de Julho, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional nº 28/92/A, de 20 de Novembro, usufruindo, portanto, das regalias especiais previstas nos diplomas legais de utilidade pública, nomeadamente, das constantes no Decreto-Lei nº 460/77, de 7 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro. A Casa do Povo de Santo António é ainda equiparada a centro popular dos trabalhadores nos termos do disposto no artigo 29º do Decreto-Lei nº 4/82, de 11 de Janeiro.

1.4 – Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código de contas;
- Aviso n.º 6726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.



No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNS-ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2017.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da CPSA, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamentos de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 4 e 10 anos

A vida útil e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem. O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:



- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

Reconhecimento e mensuração

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

Os passivos (ativos) por impostos sobre o rendimento dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser contabilizadas como um gasto a afetar os resultados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS



Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Dívidas de terceiros

As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo. As dívidas de sócios ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da CPSA.



4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017	Adições	Abates	Transferenc.	2018
Equipamento básico	123 390				123 390
Equipamento transporte	62 615				62 615
Equipamento administrativo	7 450				7 450
Outros ativos tangíveis	190				190
Ativo bruto	193 645	0	0	0	193 645
Depreciações acumuladas	185 896	6 321			192 216
Ativo líquido	7 750	-6 321	0	0	1 429

5 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rubricas	2018	2017	Variação
Prestação de serviços			
Espaço segurança social	1 800	1 800	0
Garagem MEO	526	526	0
Comparticipação utentes	17 174	11 735	5 439
Eventos e atividades	1 210	711	499
Quotas	195	230	-35
Subtotal	20 906	15 002	5 903
Subsídios à exploração			
ISSA	188 129	198 772	-10 643
Fundo Regional Emprego	4 401	0	4 401
BPI - Fundacion La Caixa	9 240	0	9 240
Fundação Portugal Telecom	2 360	0	2 360
CMPD	2 500	2 500	0
Subtotal	206 630	201 272	5 358
Outros rendimentos e ganhos			
Descontos obtidos	26	13	13
Imputação subsídios para investimento	5 584	5 584	0
Outros	0	0	0
Subtotal	5 611	5 597	13
Juros			
Depósitos bancários	132	169	-37
Subtotal	132	169	-37
TOTAL	233 278	222 041	11 238



6 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

6.1 – Fornecedores, sócios, utentes, outras contas a receber e a pagar e pessoal

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de fornecedores, sócios, utentes, outras contas a receber e pagar e pessoal, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2018			2017		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Passivos						
Fornecedores	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	232	0	232	238	0	238
Total do passivo	232	0	232	238	0	238
Total líquido	232	0	232	238	0	238

6.2 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	0	0
Depósitos à ordem	42 936	31 180
Depósitos a prazo	37 236	37 131
Total	80 172	68 311

7 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2018	2017
Remunerações do pessoal	159 937	149 739
Encargos sobre remunerações	32 867	32 453
Outros gastos	1 839	1 999
Total	194 643	184 192

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho e seguro de acidentes de trabalho.



8 – OUTRAS INFORMAÇÕES

8.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Estado e outros entes públicos		
Ativos		
Imposto sobre rendimento a receber	26	34
Total do ativo	26	34
Passivos		
Retenção impostos sobre rendimento	825	865
Contribuições para segurança social	3 718	3 019
Total do passivo	4 543	3 884
Total líquido	4 517	3 850

8.2 - Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	2018	2017
Fundos		
Resultados transitados	18 824	9 586
Outras variações nos fundos patrimoniais	66 044	53 148
Resultado líquido do período	-8 016	9 238
Total	76 852	68 318

8.3 - Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica dos «Fornecimentos e serviços externos» apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos	2018	2017
Serviços especializados	25 145	8 221
Materiais	4 803	3 336
Energia e fluídos	3 630	3 457
Deslocações, estadas e transportes	278	0
Serviços diversos	4 001	3 694
Total	37 857	20 407



9 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período. As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 4 de abril de 2019.

CC Nº 40014

A Direção

Presidente

Secretário

Tesoureiro

Marco Cabral

Maria Carmo
Viveiros Reis

Paulo Manuel
Melo Oliveira

Marco Aurélio
Arruda Cabral